

Baker tranqüilizou Rezek



Francisco Rezek

SÃO PAULO

— O governo dos Estados Unidos não tem responsabilidade na decisão dos bancos norte-americanos de classificar o Brasil como devedor inadimplente.

A interpretação é do ministro das

Relações Exteriores, Francisco Rezek, que relatou ontem uma conversa por telefone que teve na semana passada com o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker. “O secretário me garantiu que o governo nada tem a ver com a decisão dos bancos privados e, provavelmente, a repercussão da decisão tenha sido pior em Washington do que em Brasília”, disse Rezek, adiantando que o governo brasileiro não pretende questionar a atitude dos bancos credores. Para o ministro, não faz sentido responder oficialmente a uma determinação privada, “surgida no âmbito de uma consultoria multiempresarial”.

Rezek procurou reduzir as consequências do rebaixamento do Brasil — que há um ano não paga os serviços e juros da dívida externa, acumulando débitos superiores a US\$ 6 bilhões — na

categoria dos países devedores. Segundo o ministro, o episódio não compromete a disposição do governo norte-americano de buscar soluções para a dívida externa brasileira, anunciada pelo presidente George Bush há algumas semanas. “É um fato sem consequências no campo da cooperação entre os dois países ou mesmo no plano da dívida externa”, disse Rezek, lembrando as “atitudes positivas” do governo norte-americano em relação ao Brasil.

De acordo com o ministro, a atitude dos bancos norte-americanos não vai alterar o calendário de renegociação da dívida externa. Neste mês de julho, serão retomados contatos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e em seguida será aberta a discussão com governos de países credores. Os entendimentos com os bancos privados ficarão para a última etapa. “O calendário vai de julho até o final de outubro e não há perspectiva de deslocamento real de dinheiro”, afirmou Rezek.

Também para Abel Matutes, comissário da Comunidade Econômica Europeia e ministro da pasta encarregada das relações com a América Latina, a decisão dos bancos deve ser desvinculada da intenção do governo de Bush. “O presidente Bush é coerente. Não é natural que entre em contradição”, argumentou Matutes.